

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº 052/2025)
Inexigibilidade 005/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Credenciamento de empresas para prestação de serviços de manutenção mecânica de veículos de passeio e utilitários, vans, ônibus, caminhões e máquinas rodoviárias e agrícolas da frota municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Grupo	CATMAT / CATSER	Descrição	UN	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	1	2321	CAMINHÕES MERCEDES-BENZ. Mão de obra para manutenção de motores de caminhões da linha Mercedes-Benz.	H	400	R\$ 185,03	R\$ 74.012,00
2	1	2321	VANS E AMBULÂNCIAS MERCEDES-BENZ: Mão de obra para manutenção de motores de vans e ambulâncias Mercedes-Benz.	H	450	R\$ 189,27	R\$ 85.171,50
3	1	2321	ÔNIBUS MERCEDES-BENZ: Mão de obra para manutenção de motores ônibus linha Mercedes-Benz.	H	400	R\$ 170,51	R\$ 68.204,00
4	1	2321	CAMINHÕES FORD: Mão de obra para manutenção de motores de caminhões da linha Ford.	H	250	R\$ 171,28	R\$ 42.820,00
5	1	2321	VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER: Mão de obra para manutenção de motores de vans / ambulância Renault Master.	H	200	R\$ 189,27	R\$ 37.854,00
6	1	2321	ÔNIBUS VOLVO: Mão de obra para manutenção de motores de ônibus Volvo.	H	200	R\$ 174,78	R\$ 34.956,00
7	1	2321	ÔNIBUS VOLKSWAGEN: Mão de obra para manutenção de motores de ônibus da linha Volkswagen.	H	150	R\$ 194,23	R\$ 29.134,50
8	1	2321	CAMINHÕES VOLKSWAGEN: Mão de obra para manutenção de motores de caminhões da linha Volkswagen.	H	400	R\$ 170,51	R\$ 68.204,00
9	1	2321	CAMINHÕES IVECO: Mão de obra para manutenção de motores de caminhões Iveco.	H	200	R\$ 196,48	R\$ 39.296,00
10	1	2321	MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO. Mão de obra para manutenção de motores de micro-ônibus e vans da linha Iveco.	H	200	R\$ 170,51	R\$ 34.102,00

11	1	2321	ÔNIBUS DA LINHA SCANIA: Mão de obra para manutenção de motores para ônibus da linha Scania.	H	100	R\$ 170,51	R\$ 17.051,00
12	1	2321	MICRO-ÔNIBUS AGRALE VOLARE: Mão de obra para manutenção de motores de micro-ônibus linha Agrale Volare.	H	150	R\$ 170,51	R\$ 25.576,50
13	2	2321	CAMINHÕES MERCEDES-BENZ. Mão de obra para RETÍFICA de motores de caminhões da linha Mercedes-Benz.	H	150	R\$ 277,47	R\$ 41.620,50
14	2	2321	VANS E AMBULÂNCIAS MERCEDES-BENZ: Mão de obra para RETÍFICA de motores de vans e ambulâncias Mercedes-Benz.	H	200	R\$ 196,09	R\$ 39.218,00
15	2	2321	ÔNIBUS MERCEDES-BENZ: Mão de obra para manutenção de motores ônibus linha Mercedes-Benz.	H	150	R\$ 277,23	R\$ 41.584,50
16	2	2321	CAMINHÕES FORD: Mão de obra para RETÍFICA de motores de caminhões da linha Ford.	H	80	R\$ 277,43	R\$ 22.194,40
17	2	2321	VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER: Mão de obra para RETÍFICA de motores de vans / ambulância Renault Master.	H	100	R\$ 195,34	R\$ 19.534,00
18	2	2321	ÔNIBUS VOLVO: Mão de obra para RETÍFICA de motores de ônibus Volvo.	H	50	R\$ 255,45	R\$ 12.772,50
19	2	2321	ÔNIBUS VOLKSWAGEN: Mão de obra para RETÍFICA de motores de ônibus da linha Volkswagen.	H	80	R\$ 277,23	R\$ 22.178,40
20	2	2321	CAMINHÕES VOLKSWAGEN: Mão de obra para RETÍFICA de motores de caminhões da linha Volkswagen.	H	200	R\$ 277,47	R\$ 55.494,00
21	2	2321	CAMINHÕES IVECO: Mão de obra para RETÍFICA de motores de caminhões Iveco.	H	100	R\$ 277,27	R\$ 27.727,00
22	2	2321	MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO. Mão de obra para RETÍFICA de motores de micro-ônibus e vans da linha Iveco.	H	80	R\$ 273,58	R\$ 21.886,40
23	2	2321	ÔNIBUS DA LINHA SCANIA: Mão de obra para RETÍFICA de motores para ônibus da linha Scania.	H	50	R\$ 277,43	R\$ 13.871,50
24	2	2321	MICRO-ÔNIBUS AGRALE VOLARE: Mão de obra para RETÍFICA de motores de micro-ônibus linha Agrale Volare.	H	80	R\$ 273,58	R\$ 21.886,40
25	3	3573	CAMINHÕES MERCEDES-BENZ: Mão de obra para manutenção mecânica de caminhões da linha Mercedes-Benz.	H	450	R\$ 174,51	R\$ 78.529,50
26	3	3573	VANS E AMBULÂNCIAS MERCEDES-BENZ Mão de obra para manutenção mecânica de VANS E AMBULÂNCIAS Mercedes-Benz	H	450	R\$ 158,94	R\$ 71.523,00
27	3	3573	ÔNIBUS MERCEDES-BENZ: Mão de obra para manutenção mecânica de ônibus da linha Mercedes-Benz	H	450	R\$ 174,51	R\$ 78.529,50
28	3	3573	CAMINHÕES FORD: Mão de obra para manutenção mecânica de caminhões da linha Ford.	H	250	R\$ 174,51	R\$ 43.627,50
29	3	3573	VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER: Mão de obra para manutenção mecânica de vans / ambulância Renault Master.	H	250	R\$ 158,94	R\$ 39.735,00
30	3	3573	ÔNIBUS VOLVO:	H	250	R\$ 174,51	R\$ 43.627,50

			Mão de obra para manutenção mecânica de caminhões/ ônibus Volvo.				
31	3	3573	ÔNIBUS VOLKSWAGEN. Mão de obra para manutenção mecânica de ônibus da linha Volkswagen.	H	100	R\$ 174,51	R\$ 17.451,00
32	3	3573	CAMINHÕES VOLKSWAGEN: Mão de obra para manutenção mecânica de caminhões da linha Volkswagen.	H	450	R\$ 174,51	R\$ 78.529,50
33	3	3573	CAMINHÕES IVECO: Mão de obra para manutenção mecânica de caminhões Iveco.	H	350	R\$ 174,51	R\$ 61.078,50
34	3	3573	MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO: Mão de obra para manutenção mecânica de micro-ônibus e vans Iveco.	H	300	R\$ 174,51	R\$ 52.353,00
35	3	3573	ÔNIBUS SCANIA: Mão de obra para manutenção mecânica de ônibus da linha Scania	H	100	R\$ 174,51	R\$ 17.451,00
36	3	3573	MICRO-ÔNIBUS AGRALE / VOLARE: Mão de obra para manutenção mecânica de micro-ônibus da linha Agrale / Volare.	H	150	R\$ 174,51	R\$ 26.176,50
37	4	5843	CAMINHÕES MERCEDES-BENZ: Mão de obra para manutenção elétrica de caminhões da linha Mercedes-Benz.	H	200	R\$ 133,41	R\$ 26.682,00
38	4	5843	VANS E AMBULÂNCIAS MERCEDES-BENZ: Mão de obra para manutenção elétrica de vans e ambulâncias Mercedes-Benz.	H	200	R\$ 150,52	R\$ 30.104,00
39	4	5843	ÔNIBUS MERCEDES-BENZ: Mão de obra para manutenção elétrica de ônibus da linha Mercedes-Benz.	H	200	R\$ 128,50	R\$ 25.700,00
40	4	5843	CAMINHÕES FORD: Mão de obra para manutenção elétrica de caminhões da linha Ford.	H	100	R\$ 130,94	R\$ 13.094,00
41	4	5843	VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER: Mão de obra para manutenção elétrica de vans / ambulâncias Renault Master.	H	100	R\$ 147,58	R\$ 14.758,00
42	4	5843	ÔNIBUS VOLVO: Mão de obra para manutenção elétrica de ônibus da linha Volvo.	H	80	R\$ 133,41	R\$ 10.672,80
43	4	5843	ÔNIBUS VOLKSWAGEN: Mão de obra para manutenção elétrica de ônibus linha Volkswagen.	H	50	R\$ 137,88	R\$ 6.894,00
44	4	5843	CAMINHÕES VOLKSWAGEN: Mão de obra para manutenção elétrica de caminhões da linha Volkswagen.	H	200	R\$ 133,41	R\$ 26.682,00
45	4	5843	CAMINHÕES IVECO: Mão de obra para manutenção elétrica de caminhões Iveco.	H	150	R\$ 133,20	R\$ 19.980,00
46	4	5843	MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO: Mão de obra para manutenção elétrica de micro-ônibus e vans Iveco.	H	150	R\$ 130,42	R\$ 19.563,00
47	4	5843	ÔNIBUS SCANIA: Mão de obra para manutenção elétrica de ônibus da linha Scania.	H	150	R\$ 139,36	R\$ 20.904,00
48	4	5843	MICRO-ÔNIBUS AGRALE VOLARE: Mão de obra para manutenção elétrica de micro-ônibus Agrale Volare.	H	100	R\$ 137,22	R\$ 13.722,00
49	5	3573	Mão de obra para manutenção de carroceria / estofaria / funilaria / chapeação de VEÍCULOS / UTILITÁRIOS, CAMINHÕES / ÔNIBUS / VANS / MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E AGRÍCOLAS MULTIMARCAS.	H	500	R\$ 171,23	R\$ 85.615,00

50	5	3573	Mão de obra para manutenção de radiadores VEÍCULOS / UTILITÁRIOS, CAMINHÕES / ÔNIBUS / VANS / MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E AGRÍCOLAS MULTIMARCAS.	H	200	R\$ 197,50	R\$ 39.500,00
51	5	17973	Mão de obra para manutenção de rodoar CAMINHÕES/ ÔNIBUS E VANS MULTIMARCA	H	80	R\$ 194,66	R\$ 15.572,80
52	5	18619	Mão de obra para manutenção de sistema de ar-condicionado para VEÍCULOS / UTILITÁRIOS, CAMINHÕES / ÔNIBUS / VANS / MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E AGRÍCOLAS MULTIMARCAS.	H	500	R\$ 185,57	R\$ 92.785,00
53	6	5878	ESCAVADEIRA HIDRAULICA JONH DEERE 160 GLC: Mão de obra para manutenção mecânica de escavadeira hidráulica John Deere 160 GLC.	H	200	R\$ 193,03	R\$ 38.606,00
54	6	5878	ESCAVADEIRA HIDRAULICA JONH DEERE 200G: Mão de obra para manutenção mecânica de escavadeira hidráulica John Deere 200G.	H	150	R\$ 194,96	R\$ 29.244,00
55	6	5878	ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC 160: Mão de obra para manutenção mecânica de escavadeira hidráulica Komatsu PC 160.	H	200	R\$ 196,34	R\$ 39.268,00
56	6	5878	ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC 200: Mão de obra para manutenção mecânica de escavadeira hidráulica Komatsu PC 200.	H	400	R\$ 196,52	R\$ 78.608,00
57	6	5878	PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA 200: Mão de obra para manutenção mecânica de pá carregadeira Komatsu WA 200.	H	150	R\$ 170,49	R\$ 25.573,50
58	6	5878	PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C: Mão de obra para manutenção mecânica de pá carregadeira Michigan 55C	H	80	R\$ 189,50	R\$ 15.160,00
59	6	5878	ROLO COMPACTADOR TEMA TERRA: Mão de obra para manutenção mecânica de rolo compactador Tema Terra.	H	80	R\$ 188,83	R\$ 15.106,40
60	6	5878	RETROESCAVADEIRA JCB 3C: Mão de obra para manutenção mecânica de retroescavadeira JCB 3C	H	450	R\$ 168,65	R\$ 75.892,50
61	6	5878	TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND T 7140: Mão de obra para manutenção mecânica de trator agrícola New Holland T 7140.	H	80	R\$ 170,93	R\$ 13.674,40
62	6	5878	ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR CS56: Mão de obra para manutenção mecânica de rolo compactador Caterpillar CS 56.	H	100	R\$ 196,60	R\$ 19.660,00
63	6	5878	ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR CS54B: Mão de obra para manutenção mecânica de rolo compactador Caterpillar CS 54 B	H	250	R\$ 193,15	R\$ 48.287,50
64	6	5878	MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B: Mão de obra para manutenção mecânica motoniveladora New Holland RG 140 B	H	100	R\$ 193,15	R\$ 19.315,00
65	6	5878	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 135H: Mão de obra para manutenção mecânica	H	200	R\$ 192,80	R\$ 38.560,00

			motoniveladora Caterpillar 135 H.				
66	6	5878	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140H: Mão de obra para manutenção mecânica motoniveladora Caterpillar 140H	H	200	R\$ 175,81	R\$ 35.162,00
67	6	5878	TRATOR AGRÍCOLA VALMET 785: Mão de obra para manutenção mecânica de trator agrícola Valmet 785	H	60	R\$ 170,93	R\$ 10.255,80
68	6	5878	RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND B 95: Mão de obra para manutenção mecânica de retroescavadeira New Holland B 95	H	150	R\$ 192,28	R\$ 28.842,00
69	6	5878	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K: Mão de obra para manutenção mecânica motoniveladora Caterpillar 120 K.	H	250	R\$ 199,20	R\$ 49.800,00
70	6	5878	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS 210 SC: Mão de obra para manutenção mecânica de escavadeira hidráulica JCB JS 210 SC.	H	150	R\$ 201,27	R\$ 30.190,50
71	6	5878	TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D51: Mão de obra para manutenção mecânica de trator de esteira Komatsu D51.	H	200	R\$ 198,43	R\$ 39.686,00
72	6	5878	ROLO COMPACTADOR LIU GONG: Mão de obra para manutenção mecânica de rolo compactador Liu Gong.	H	150	R\$ 168,65	R\$ 25.297,50
73	6	5878	RETROESCAVADEIRA BOB CAT: Mão de obra para manutenção mecânica de retroescavadeira Bob Cat.	H	150	R\$ 168,65	R\$ 25.297,50
74	7	5843	ESCAVADEIRA HIDRAULICA JONH DEERE 160 GLC: Mão de obra para manutenção elétrica de escavadeira hidráulica John Deere 160 GLC.	H	100	R\$ 148,93	R\$ 14.893,00
75	7	5843	ESCAVADEIRA HIDRAULICA JONH DEERE 200G: Mão de obra para manutenção elétrica de escavadeira hidráulica John Deere 200G.	H	80	R\$ 152,91	R\$ 12.232,80
76	7	5843	ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC 160: Mão de obra para manutenção elétrica de escavadeira hidráulica Komatsu PC 160.	H	100	R\$ 152,92	R\$ 15.292,00
77	7	5843	ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC 200: Mão de obra para manutenção elétrica de escavadeira hidráulica Komatsu PC 200.	H	150	R\$ 153,09	R\$ 22.963,50
78	7	5843	PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA 200: Mão de obra para manutenção elétrica de pá carregadeira Komatsu WA 200.	H	80	R\$ 150,11	R\$ 12.008,80
79	7	5843	PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C: Mão de obra para manutenção elétrica de pá carregadeira Michigan 55C	H	60	R\$ 144,77	R\$ 8.686,20
80	7	5843	ROLO COMPACTADOR TEMA TERRA: Mão de obra para manutenção elétrica de rolo compactador Tema Terra.	H	40	R\$ 136,10	R\$ 5.444,00
81	7	5843	RETROESCAVADEIRA JCB 3C: Mão de obra para manutenção elétrica de retroescavadeira JCB 3C	H	300	R\$ 139,40	R\$ 41.820,00
82	7	5843	TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND T 7140:	H	80	R\$ 146,16	R\$ 11.692,80

			Mão de obra para manutenção elétrica do trator agrícola New Holland T 7140.				
83	7	5843	ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR CS56: Mão de obra para manutenção elétrica de rolo compactador Caterpillar CS 56.	H	80	R\$ 153,08	R\$ 12.246,40
84	7	5843	ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR CS54B: Mão de obra para manutenção elétrica de rolo compactador Caterpillar CS 54 B	H	150	R\$ 154,59	R\$ 23.188,50
85	7	5843	MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B: Mão de obra para manutenção elétrica motoniveladora New Holland RG 140 B	H	100	R\$ 153,25	R\$ 15.325,00
86	7	5843	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 135H: Mão de obra para manutenção elétrica motoniveladora Caterpillar 135 H.	H	150	R\$ 150,90	R\$ 22.635,00
87	7	5843	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140H: Mão de obra para manutenção elétrica motoniveladora Caterpillar 140H	H	150	R\$ 150,91	R\$ 22.636,50
88	7	5843	TRATOR AGRÍCOLA VALMET 785: Mão de obra para manutenção elétrica de trator agrícola Valmet 785	H	40	R\$ 139,57	R\$ 5.582,80
89	7	5843	RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND B 95: Mão de obra para manutenção elétrica de retroescavadeira New Holland B 95	H	100	R\$ 142,18	R\$ 14.218,00
90	7	5843	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K: Mão de obra para manutenção elétrica motoniveladora Caterpillar 120 K.	H	150	R\$ 150,92	R\$ 22.638,00
91	7	5843	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS 210 SC: Mão de obra para manutenção elétrica de escavadeira hidráulica JCB JS 210 SC.	H	100	R\$ 153,28	R\$ 15.328,00
92	7	5843	TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D51: Mão de obra para manutenção elétrica de trator de esteira Komatsu D51.	H	100	R\$ 153,00	R\$ 15.300,00
93	7	5843	ROLO COMPACTADOR LIU GONG: Mão de obra para manutenção elétrica de rolo compactador Liu Gong.	H	80	R\$ 136,10	R\$ 10.888,00
94	7	5843	RETROESCAVADEIRA BOB CAT: Mão de obra para manutenção elétrica de retroescavadeira Bob Cat.	H	80	R\$ 139,40	R\$ 11.152,00
95	8	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS VOLKSWAGEN: Mão de obra para manutenção mecânica de motores de veículos / utilitários da linha Volkswagen.	H	200	R\$ 175,60	R\$ 35.120,00
96	8	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS CHEVROLET: Mão de obra para manutenção mecânica de motores de veículos / utilitários Chevrolet.	H	150	R\$ 175,60	R\$ 26.340,00
97	8	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS FORD: Mão de obra para manutenção mecânica de motores de veículos / utilitários da linha Ford.	H	80	R\$ 175,60	R\$ 14.048,00
98	8	2321	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS FIAT: Mão de obra para manutenção mecânica de motores de veículos / utilitários da	H	150	R\$ 175,60	R\$ 26.340,00

			linha Fiat.				
99	8	2321	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS CITROËN: Mão de obra manutenção mecânica de motores de veículos / utilitários da linha Citroën.	H	80	R\$ 175,60	R\$ 14.048,00
100	8	2321	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS KIA MOTORS: Mão de obra para manutenção mecânica de motores de veículos / utilitários linha Kia Motors.	H	80	R\$ 175,60	R\$ 14.048,00
101	8	2321	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS RENAULT: Mão de obra para manutenção mecânica de motores de veículos / utilitários da linha Renault.	H	100	R\$ 175,60	R\$ 17.560,00
102	8	2321	VEÍCULOS/ UTILITÁRIOS HYUNDAI: Mão de obra para manutenção mecânica de motores de veículos/ utilitários da linha Hyundai.	H	80	R\$ 175,60	R\$ 14.048,00
103	9	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS VOLKSWAGEN: Mão de obra para RETÍFICA de motores de veículos / utilitários da linha Volkswagen.	H	150	R\$ 190,90	R\$ 28.635,00
104	9	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS CHEVROLET: Mão de obra para RETÍFICA de motores de veículos / utilitários Chevrolet.	H	150	R\$ 190,90	R\$ 28.635,00
105	9	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS FORD: Mão de obra para RETÍFICA de motores de veículos / utilitários da linha Ford.	H	80	R\$ 190,90	R\$ 15.272,00
106	9	2321	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS FIAT: Mão de obra para RETÍFICA de motores de veículos / utilitários da linha Fiat.	H	100	R\$ 190,90	R\$ 19.090,00
107	9	2321	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS CITROËN: Mão de obra RETÍFICA de motores de veículos / utilitários da linha Citroën.	H	60	R\$ 190,90	R\$ 11.454,00
108	9	2321	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS KIA MOTORS: Mão de obra para RETÍFICA de motores de veículos / utilitários linha Kia Motors.	H	60	R\$ 190,90	R\$ 11.454,00
109	9	2321	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS RENAULT: Mão de obra para RETÍFICA de motores de veículos / utilitários da linha Renault.	H	60	R\$ 190,90	R\$ 11.454,00
110	9	2321	VEÍCULOS/ UTILITÁRIOS HYUNDAI: Mão de obra para RETÍFICA de motores de veículos/ utilitários da linha Hyundai.	H	60	R\$ 190,90	R\$ 11.454,00
111	10	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS VOLKSWAGEN: Mão de obra para manutenção mecânica de veículos / utilitários da linha Volkswagen.	H	250	R\$ 167,93	R\$ 41.982,50
112	10	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS CHEVROLET: Mão de obra para manutenção mecânica de veículos / utilitários Chevrolet.	H	200	R\$ 167,93	R\$ 33.586,00
113	10	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS FORD: Mão de obra para manutenção mecânica de veículos / utilitários da linha Ford.	H	100	R\$ 167,93	R\$ 16.793,00
114	10	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS FIAT: Mão de obra para manutenção mecânica de veículos / utilitários da linha Fiat.	H	150	R\$ 167,93	R\$ 25.189,50
115	10	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS CITROËN: Mão de obra manutenção mecânica de veículos / utilitários da linha Citroën.	H	100	R\$ 167,93	R\$ 16.793,00

116	10	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS KIA MOTORS: Mão de obra para manutenção mecânica veículos / utilitários linha Kia Motors.	H	80	R\$ 167,93	R\$ 13.434,40
117	10	3565	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS RENAULT: Mão de obra para manutenção mecânica de veículos / utilitários da linha Renault.	H	150	R\$ 167,93	R\$ 25.189,50
118	10	3565	VEÍCULOS/ UTILITÁRIOS HYUNDAI: Mão de obra para manutenção mecânica de veículos/ utilitários da linha Hyundai.	H	100	R\$ 167,93	R\$ 16.793,00
119	11	446573	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS VOLKSWAGEN: Mão de obra para manutenção elétrica de veículos / utilitários da linha Volkswagen.	H	200	R\$ 130,20	R\$ 26.040,00
120	11	446573	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS CHEVROLET: Mão de obra para manutenção elétrica de veículos / utilitários Chevrolet.	H	150	R\$ 130,20	R\$ 19.530,00
121	11	446573	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS FORD: Mão de obra para manutenção elétrica de veículos / utilitários da linha Ford.	H	80	R\$ 130,20	R\$ 10.416,00
122	11	446573	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS FIAT: Mão de obra para manutenção elétrica de veículos / utilitários da linha Fiat.	H	150	R\$ 130,20	R\$ 19.530,00
123	11	446573	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS CITROËN: Mão de obra manutenção elétrica de veículos / utilitários da linha Citroën.	H	80	R\$ 153,41	R\$ 12.272,80
124	11	446573	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS KIA MOTORS: Mão de obra para manutenção elétrica veículos / utilitários linha Kia Motors.	H	80	R\$ 159,31	R\$ 12.744,80
125	11	446573	VEÍCULOS / UTILITÁRIOS RENAULT: Mão de obra para manutenção elétrica de veículos / utilitários da linha Renault.	H	150	R\$ 154,48	R\$ 23.172,00
126	11	446573	VEÍCULOS/ UTILITÁRIOS HYUNDAI: Mão de obra para manutenção elétrica de veículos/ utilitários da linha Hyundai.	H	100	R\$ 151,29	R\$ 15.129,00
TOTAL R\$ 3.632.442,60							

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de no mínimo 12 (doze) meses, contados da publicação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a garantia a mobilidade e o acesso aos serviços públicos pela população, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a necessidade de garantir a continuidade, evitando interrupções que possam prejudicar a operacionalidade da frota e a qualidade dos serviços;

1.5. O Termo de Credenciamento oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 82 a 118;
- IV) Classe/Grupo: Serviço;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-172/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Declaração assinada pela empresa proponente, comprometendo-se a cumprir as diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Da estrutura mínima para atendimento

4.5. A empresa Credenciada, para que possa garantir a boa qualidade na prestação dos serviços, deverá ter em sua oficina, até a data da assinatura do Termo de credenciamento, instalações, equipamentos, ferramentas e materiais indispensáveis conforme pormenorizado em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Procedimentos estimados

4.6. Os procedimentos estimados estão previstos em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.6.1 A relação de procedimentos visa fornecer uma estimativa inicial das atividades a serem realizadas. Caso surjam necessidades adicionais não previstas, poderão ser incluídas mediante solicitação formal.

Vistoria

4.7. Ao término da avaliação realizada pela Comissão de Contratação e após a empresa ser oficialmente declarada como CREDENCIADA, a Ata será encaminhada ao departamento de Controle de Frotas. Em seguida, a Comissão de Vistoria procederá com uma visita às instalações da empresa para emitir o Laudo de Vistoria.

4.8. A Comissão de Vistoria será composta por 3 (três) servidores do município, os quais atuam nas funções administrativa e técnica/operacional do Departamento de Frotas e avaliarão as dependências das proponentes, registrando em documento apropriado às condições referentes aos requisitos pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.9. Equipamentos e estrutura mínima para atendimento;

4.10. Condições de segurança do local onde os serviços mecânicos serão prestados;

- 4.11. Qualificação técnica e/ou experiência dos funcionários da Proponente, no que se refere aos serviços objeto do Termo de Credenciamento;
- 4.12. Demais condições necessárias ao correto fornecimento do objeto do credenciamento.
- 4.13. A vistoria se dará mediante agendamento prévio, com a presença de todos os membros da Comissão de Vistoria e o responsável pela empresa;
- 4.14. Do procedimento de vistoria resultarão:
- 4.15. LAUDO DE VISTORIA com toda a relação de itens encontrados no local vistoriado, nos termos do exigido neste TR;
- 4.16. Registro fotográfico dos equipamentos, dependências, comprovantes de qualificação técnica, etc., os quais balizarão a avaliação de conformidade ou desconformidade;
- 4.17. Relatório, com base no LAUDO DE VISTORIA, o qual conterà os critérios de avaliação em estrita observância ao disposto no Edital, as condições encontradas nas dependências das proponentes, bem como o atesto de conformidade ou desconformidade, devidamente motivado;
- 4.18. Caso a Comissão de Vistoria encontre inconformidades que não permitam o prosseguimento do processo de contratação, esta deverá informar à Proponente, em campo apropriado do relatório, as correções necessárias à regularização exigida, com atesto de ciência da mesma;
- 4.19. O LAUDO DE VISTORIA deverá, obrigatoriamente, ser assinado por todos os membros da Comissão de Vistoria e pelo responsável da empresa proponente, o qual, ao assinar, reconhece o teor do documento de vistoria.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1 Início da execução do objeto: 1 (um) dia da emissão da ordem de serviço.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no endereço das empresas credenciadas.
- 5.3. Os serviços serão prestados em horário comercial.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades conforme pormenorizado em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço

- 5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

- 6.1. O Termo de credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Termo de credenciamento, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Credenciado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Devido às características relativamente complexas comumente presentes em procedimentos mecânicos, o que pode dificultar o processo de diagnóstico sem desmontagem, ainda que parcial, dos veículos, não haverá discriminação de valores para distribuição de serviços, não cabendo às empresas CREDENCIADAS qualquer reivindicação de serviço meramente pela diversidade quantitativa dos valores resultantes dos serviços que lhes cabem, prevalecendo exclusivamente o critério de rotatividade entre as empresas CREDENCIADAS.

6.6. O credenciamento ficará aberto pelo tempo de vigência, podendo a qualquer tempo realizar o credenciamento de novas empresas.

Preposto

6.7. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço.

6.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.10. A execução do Termo de credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Termo de credenciamento, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.11. O fiscal técnico do Termo de credenciamento acompanhará a execução do Termo de credenciamento, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de credenciamento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.12. O fiscal técnico do Termo de credenciamento anotará no histórico de gerenciamento do Termo de credenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do Termo de credenciamento, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.13. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do Termo de credenciamento emitirá notificações para a correção da execução do Termo de credenciamento, determinando prazo para a correção.

6.14. O fiscal técnico do Termo de credenciamento informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Termo de credenciamento nas datas aprazadas, o fiscal técnico do Termo de credenciamento comunicará o fato imediatamente ao gestor do Termo de credenciamento.

6.16. O fiscal técnico do Termo de credenciamento comunicará ao gestor do Termo de credenciamento, em tempo hábil, o término do Termo de credenciamento sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Do Descredenciamento

6.19. SERÃO DESCREDENCIADAS AS EMPRESAS QUE:

6.20. se recusarem a realizar os serviços que forem enviados, sem motivação plausível;

6.21. deixarem de atender às exigências contidas neste Termo de Referência;

6.22. não respeitarem os prazos de execução dos serviços, 3 (três) vezes consecutivas ou alternadas;

6.23. prestarem os serviços sem a antecipada autorização do MUNICÍPIO ou desnecessários;

6.24. agirem em desacordo com os princípios isonômicos estabelecidos para a participação igualitária de todas as CREDENCIADAS.

Fiscalização Administrativa

6.25. O fiscal administrativo do Termo de credenciamento verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.26. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Termo de credenciamento atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Termo de credenciamento para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Termo de credenciamento

6.27. Cabe ao gestor do Termo de credenciamento:

6.28. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Termo de credenciamento contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Termo de credenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Termo de credenciamento para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.29. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do Termo de credenciamento, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Termo de credenciamento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.30. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.31. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.32. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.33. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.34. enviar a documentação pertinente ao setor de Termo de credenciamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Termo de credenciamento.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Os serviços serão remunerados de acordo com os valores constantes na tabela de preços.

7.2. O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal e comprovação da execução dos serviços.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do Termo de credenciamento realizará o recebimento provisório do objeto do Termo de credenciamento mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do Termo de credenciamento realizará o recebimento provisório do objeto do Termo de credenciamento mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do Termo de credenciamento, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período 3 (três) dias

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11. o fiscal técnico do Termo de credenciamento deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Termo de credenciamento;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Termo de credenciamento, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do Termo de credenciamento para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.20. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.21. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.22. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.23. Enviar a documentação pertinente ao setor de Termo de credenciamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.24. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.25. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.26. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Termo de credenciamento.

Liquidação

7.27. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.28. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.29. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do Termo de Credenciamento e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do Termo de credenciamento;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.30. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.31. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.32. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.33. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.34. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.35. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.36. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.37. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.38. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Termo de credenciamento, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.39. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.40. No caso de atraso pelo credenciado, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.41. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.42. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.43. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.1.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.44. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.45. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/1/2025.

Cessão de crédito

7.46. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.47. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os Termos de credenciamentos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.49. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do Termo de credenciamento;
- b) der causa à inexecução parcial do Termo de credenciamento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Termo de credenciamento;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Termo de credenciamento;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do Termo de credenciamento;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Termo de credenciamento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.6. Multa:
- 8.7. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.
- 8.8. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Termo de credenciamento, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 8.9. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do Termo de credenciamento por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 8.10. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do Termo de credenciamento.
- 8.11. Compensatória, para a inexecução total do Termo de credenciamento prevista acima na alínea “c”, de **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
- 8.12. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
- 8.13. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.
- 8.14. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.
- 8.15. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.16. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.17. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.19. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.20. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.21. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.22. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.23. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.24. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.25. as peculiaridades do caso concreto;

8.26. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.27. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.28. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.29. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e Termo de credenciamentos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.30. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.31. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.32. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.33. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de credenciamento ou de outros Termo de credenciamentos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento Auxiliar de LICITAÇÃO, na modalidade CREDENCIAMENTO, sob a forma ELETRÔNICA, conforme DECRETO Nº 11.878, DE 9 DE JANEIRO DE 2024, que Regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Art. 3º, I - paralela e não excludente - caso em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

9.1.1. De acordo com o Art. 6º do Decreto 11878/2024 “A escolha pela contratação por credenciamento deverá ser motivada durante a fase preparatória e atender, em especial: I - aos pressupostos para enquadramento na contratação direta, por inexigibilidade, conforme previsto no inciso IV do caput do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021; e II - à necessidade de designação da comissão de contratação como responsável pelo exame e julgamento dos documentos de habilitação, nos termos do disposto no § 1º do art. 5º do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.”

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de contratação por tarefa.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4. Declaração assinada pela empresa proponente, comprometendo-se a cumprir as diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental.

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: Termo de credenciamento de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.25.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de definir percentual, limitado a 1% valor total estimado da parcela pertinente.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executado(s) com as seguintes características mínimas: Serviços de manutenção mecânica.

9.31.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do Termo de credenciamento que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do Termo de credenciamento ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o Termo de Credenciamento, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o Termo de Credenciamento;

9.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.39.6.1. ata de fundação;

9.39.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.39.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.39.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.39.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o Termo de credenciamento em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.39.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.39.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 4.587.900,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e novecentos reais, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Órgão: 09 [Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos];

II) Unidade: 002 [Departamento de Serviços Urbanos];

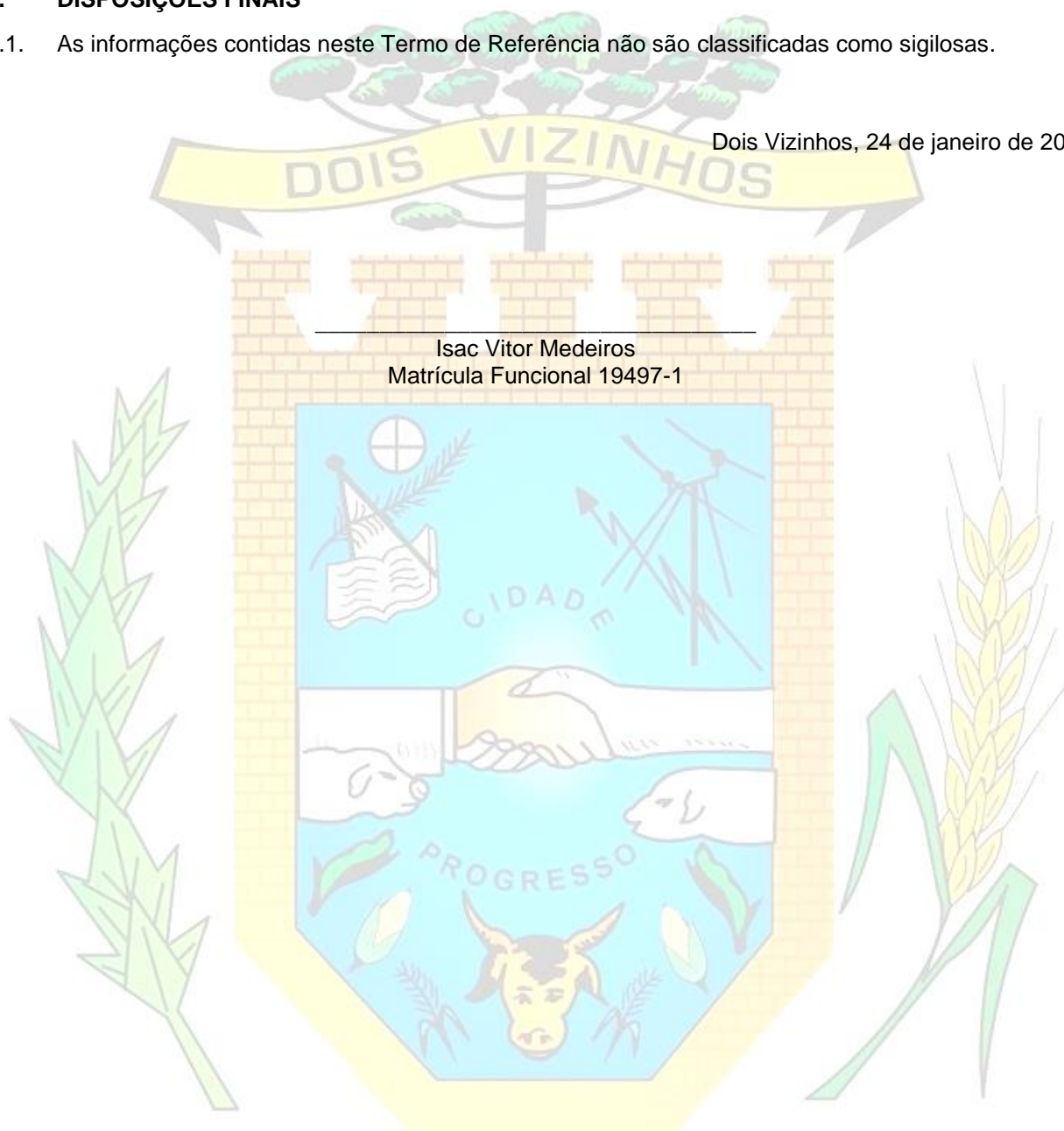
- III) Projeto ou Atividade: 15.452.0016.2053 [Atividades da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos];
IV) Conta de despesa: 3.3.90.39.00.00 [Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica]; e
V) Fonte de Recurso: 04890 e 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres).

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 24 de janeiro de 2025.



Isac Vitor Medeiros
Matrícula Funcional 19497-1